

ESTUDO TÉCNICO-PRELIMINAR

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a manutenção e conservação da infraestrutura predial do 4º Batalhão de Operações Litorâneas de Fuzileiros Navais, garantindo condições adequadas de uso, segurança, salubridade e operacionalidade das instalações militares.

1.2. O objeto, as quantidades estimadas e o valor máximo aceitável estão descritos no Anexo A, que integra o presente Termo de Referência, no qual constam os itens de materiais e serviços a serem executados, conforme padrões técnicos estabelecidos pelo SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil e normas da ABNT, observando o princípio da vantajosidade e eficiência, previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021. Conforme objeto, quantidade e valor máximo aceitável indicado no item 2 do Anexo A.

1.3. A contratação é necessária para assegurar a continuidade do serviço público militar, atendendo aos princípios da planejamento, economicidade e interesse público, previstos nos arts. 5º, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, bem como às demandas administrativas internas.

2. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA OM:

2.1. A presente contratação está alinhada com o PAR 2026 do 4º BtlOpLitFN e em atendimento à Missão e funções orgânicas desta Organização Militar.

3. REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Vigência contratual: A vigência da contratação será de **2 (dois) anos**, contados da assinatura do contrato ou ata de registro de preços, nos termos do art. 105, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, admitida a prorrogação dentro das hipóteses legais.

3.2. Início da execução do objeto: A execução ocorrerá sob demanda da Administração, mediante emissão de Ordem de Serviço (para serviços) ou Nota de Empenho/Pedido de Fornecimento (para materiais), conforme previsto no art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021, que admite entregas parceladas.

3.3. O prazo para execução do serviço / entrega do material: O prazo para execução dos serviços ou entrega dos materiais será de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Serviço, salvo motivo justificado e aceito pela Administração, em conformidade com o art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

3.4. Local de execução do serviço / entrega do objeto: Avenida Affonso Penna, nº 853, CEP 11020-005, localizado no bairro Estuário, na cidade de Santos, estado de São Paulo.

3.5. Requisitos especiais:

3.5.1. Os materiais fornecidos deverão atender às especificações constantes na tabela SINAPI-SP, bem como às normas técnicas aplicáveis, garantindo a qualidade, segurança e adequada conservação durante o transporte e armazenamento, sem prejuízo das condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Não se aplicam outros requisitos especiais. Os serviços contratados deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas constantes da Tabela SINAPI-SP, observando-se as normas da ABNT e demais legislações aplicáveis à construção civil, segurança do trabalho e meio ambiente.

3.5.2. A contratada deverá garantir que todos os materiais empregados na execução dos serviços atendam aos padrões de qualidade exigidos, sendo de sua responsabilidade o transporte, armazenamento, conservação e utilização correta, de modo a assegurar a durabilidade e eficiência das obras executadas.

3.5.3. Os serviços deverão ser realizados por profissionais tecnicamente capacitados, com observância às Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial as NR-18 (Condições e Meio Ambiente na Indústria da Construção), NR-35 (Trabalho em Altura) e correlatas.

3.5.4. A execução dos serviços estará sujeita à fiscalização técnica da Administração, que poderá determinar a correção de eventuais inconformidades.

3.5.5. Não se aplicam outros requisitos especiais além dos aqui descritos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

4.1. A solução contratual compreende a execução de serviços de melhorias prediais, com fornecimento de materiais, de acordo com o escopo descrito no item 1.1 e no Anexo A, atendendo às especificações técnicas e quantitativos estimados, conforme SINAPI e normas da ABNT, de forma a assegurar a adequada manutenção da infraestrutura predial da Organização Militar.

5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

5.1. Embora o art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 disponha que o parcelamento do objeto constitui regra, no presente caso optou-se pela **não divisão do objeto em itens isolados e pela não aplicação de reserva de cotas para ME/EPP**, pelos fundamentos a seguir:

5.2. A contratação de serviços comuns de engenharia de forma integrada visa assegurar a padronização, a qualidade uniforme e a compatibilidade técnica nas intervenções prediais. A estruturação do objeto em grupo técnico coerente (Lote Único) é respaldada pelo art. 40 da Lei nº 14.133/2021. No caso do 4ºBtlOpLitFN, a manutenção exige alinhamento de materiais e métodos executivos, o que demanda que os serviços sejam fornecidos de forma integrada por um mesmo fornecedor. Tal diretriz evita a sobreposição de responsabilidades técnicas e divergências de acabamento, ergonomia e durabilidade, que ocorreriam caso múltiplas empresas atuassem simultaneamente em sistemas interdependentes (ex: elétrica e alvenaria).

5.3. Consoante o disposto no §1º do art. 73 da Lei nº 14.133/2021, a adoção de medidas de favorecimento às ME/EPP deve ser precedida de avaliação quanto à vantajosa e viabilidade técnica. No contexto desta manutenção integrada, a aplicação de cotas resultaria na adjudicação de parcelas do serviço a fornecedores distintos, gerando:

- Não padronização Técnica: Entrega de materiais e acabamentos com padrões distintos para uso em ambientes conjuntos;
- Risco Operacional: Fragmentação da responsabilidade técnica (ART/RRT), dificultando a apuração de garantias e assistência técnica em caso de falhas;
- Ineficiência Administrativa: Aumento da complexidade de fiscalização e gerenciamento de múltiplos contratos para um mesmo escopo de manutenção.

Dessa forma, com fulcro no art. 10, inciso II, do Decreto nº 8.538/2015, a reserva de cotas não se mostra vantajosa para a Administração, pois comprometeria a padronização, colocaria em risco a qualidade final da execução e elevaria os custos indiretos de gestão, contrariando os princípios da eficiência e economicidade.

Da Exclusividade do Órgão Gerenciador (Vedação a Caronas)

5.4. Com fulcro no Art. 86, § 1º da Lei nº 14.133/2021, a Administração optou por dispensar a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), figurando o 4ºBtlOpLitFN como único contratante.

5.4.1. Consequentemente, com base no Art. 86, § 2º, inciso III, manifesta-se desde já a não aceitação de adesões por órgãos não participantes (caronas). Tal medida justifica-se pela necessidade de controle rigoroso sobre o cronograma de execução e o limite orçamentário planejado para as manutenções da Organização Militar, visto que a inclusão de demandas externas poderia comprometer a agilidade dos serviços e a logística de atendimento da empresa contratada dentro das instalações do Batalhão.

6. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

6.1. Os benefícios diretos almejados com a aquisição são:


6.1.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela natureza rotineira, parcelada, contínua e de demanda imprevisível dos serviços e materiais de manutenção predial, realidade característica das atividades de suporte à infraestrutura dos bens imóveis do 4º Batalhão de Operações Litorâneas de Fuzileiros Navais (4ºBtlOpLitFN). Esse modelo assegura maior flexibilidade, economicidade e adequação às necessidades administrativas, em conformidade com o art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. A utilização da tabela SINAPI-SP (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) como parâmetro de referência garante transparência, isonomia, economicidade e aderência ao mercado, uma vez que os preços ali constantes são reconhecidos oficialmente e amplamente empregados pela Administração Pública, especialmente em contratações de obras e serviços de engenharia.

6.1.3. A contratação, estruturada com base no maior desconto sobre os preços de referência do SINAPI-SP, permitirá que a Administração alcance efetiva vantagem, otimizando recursos orçamentários e garantindo o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis.

6.1.4. A modelagem por Grupo Único, embora não fracione o objeto, garante competitividade ao utilizar a tabela SINAPI como referência, permitindo que empresas de diversos portes disputem o lote global com base no maior desconto.

6.1.5. Espera-se, por fim, que a execução contratual proporcione a manutenção adequada da infraestrutura predial do 4ºBtlOpLitFN, garantindo a continuidade dos serviços administrativos e operacionais, evitando interrupções e assegurando a preservação do patrimônio público.

Documento assinado digitalmente
 RYAN HENRIQUE FRANCO COUCEIRO BORGES
Data: 15/05/2026 12:33:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RYAN HENRIQUE FRANCO COUCEIRO BORGES
Primeiro-Tenente (QC-FN)
Encarregado da Companhia de Comando e Serviço